

## **Jornadas de Solidariedade com a Palestina – 2011**

### **Sessão Comemorativa do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina**

**29 de Novembro de 2011**

### **Intervenção de Embaixador Mufeed Shami (\*)**

Caros amigos solidários com o povo palestino, caros amigos da mesa,

Tenho a honra de saudar todos os membros do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente e todas as pessoas presentes. Agradeço ao MPPM do fundo do coração por me ter convidado hoje, Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina, assim proclamado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1977.

Este dia coincide com o dia da votação pela Assembleia-Geral das Nações Unidas da Resolução 181 em que foi aprovada a decisão da partilha, a 29 de Novembro de 1947. Esta decisão previa a partilha da Palestina entre judeus e palestinos, de modo a que 55% da terra ficasse para os palestinos e o restante para os judeus. Esta decisão foi a base do estabelecimento do Estado de Israel e, ao mesmo tempo, impediu o estabelecimento de um estado palestino.

Em 1948 Israel ocupou a maior parte do território palestino, transformando os palestinos em refugiados em várias partes do mundo. Israel não respeitou a decisão que lhe deu a legitimidade de ser um estado e não respeitou a votação na Assembleia das Nações Unidas. Em 1967, usando a força das armas, ocupou a Cisjordânia e Gaza, ficando assim a Palestina inteira sob o controlo da ocupação israelita.

A decisão 181 das Nações Unidas era, supostamente, uma certidão de nascimento do estado de Israel. Mas, devido à ganância de Israel e aos seus objectivos expansionistas, foi utilizada como uma forma de apagar a identidade palestina e de desenraizar o povo palestino da sua terra expulsando-o para o exílio, contrariando assim a legitimidade internacional e os direitos humanos. Por isso, desde a Nakba que o povo palestino rejeita todas as formas de injustiça, e insiste em ter o seu direito em estabelecer um estado Palestino independente com capital em Jerusalém.

Reflete-se hoje acerca do que nos trouxe a esta etapa na nossa longa procura da realização dos direitos inalienáveis do povo Palestino e de uma solução pacífica para o conflito. Até agora, 130 países reconheceram o Estado da Palestina. Estes países têm tido uma posição fundamentada em princípios, no que diz respeito ao apoio ao direito de autodeterminação do nosso povo, na linha de incontáveis resoluções da ONU, desde a Resolução 181 (II) em 1947 até ao presente. Estamos gratos pelo seu reconhecimento e apoio que constituem um investimento na paz, por uma solução de dois estados com base nas fronteiras pré-1967, uma solução que é internacionalmente apoiada e defendida.

Ao mesmo tempo, ao longo dos últimos dois anos temos visto progressos significativos na construção e fortalecimento das instituições nacionais Palestinianas por via da implementação do plano de dois anos da Autoridade Palestina preparando as nossas instituições e infraestruturas para a independência do nosso Estado. Apesar dos muitos obstáculos e disfunções causados pela ocupação Israelita, este projeto

tem sido um sucesso, tal como o afirmam instituições internacionais, provando que somos capazes de nos governarmos a nós próprios.

Para além destas duas dinâmicas, temos sido testemunhas do repetido e lamentável fracasso do processo de paz. Por quase duas décadas, as negociações realizadas pela liderança Palestiniana num espírito de compromisso histórico e boa-fé têm sido minadas, obstruídas e paralisadas como resultado direto das violações por Israel do direito internacional e dos direitos humanos e a sua recusa em se comprometer com os mais elementares princípios e parâmetros essenciais para o consecução de uma paz justa e duradoura.

Todas estas dinâmicas têm-nos levado a este momento – um momento em que somos insistentes que o direito e resoluções internacionais, incluindo o Conselho de Segurança, sejam mantidos, e insistentes que o *status quo* não pode continuar mais, por ser inaceitável, ilógico e injusto. Foi isto que levou o Presidente Mahmoud Abbas à ONU no dia 23 de Setembro de 2011 com a candidatura do Estado da Palestina para a admissão como Estado-Membro e sua declaração histórica à Assembleia Geral no mesmo dia.

Esta obstrução à paz também tem sido entendida recentemente pela intensificação, pela parte da Potência ocupadora, de maus-tratos e abuso de milhares de civis Palestinos que permanecem presos nas suas prisões e detenções.

Ainda outra situação insustentável é o bloqueio israelita da Faixa de Gaza, que infligiu tanto sofrimento à população civil Palestiniana. Todos os pretextos para continuar este bloqueio ilegal devem ser rejeitados e a comunidade internacional deve ser unânime em exigir que Israel levante totalmente o bloqueio e permita o movimento contínuo e regular de pessoas e mercadorias dentro e fora da Faixa de Gaza, a reconstrução de casas destruídas, propriedades e infraestruturas, e a reabilitação da nossa sociedade aí, que tem sido tão danificada por essa forma imoral de punição colectiva pelo Potência ocupadora.

A liderança Palestiniana permanece comprometida com a paz e comprometida a negociar seriamente todas as questões do estatuto final – os refugiados da Palestina, Jerusalém, colonatos, fronteiras, segurança e água – quando o ambiente adequado for assegurado. No entanto, não vamos entrar em negociações pelo mero fim de negociar, a situação no terreno e as soluções de dois Estados são demasiado frágeis para resistir a mais atrasos e sabotagem. Israel, a Potência ocupadora, deve ser rapidamente obrigado a comprometer-se com negociações dentro dos claros parâmetros com que nós já nos comprometemos.

Enquanto comprometidos ao processo de paz, devemos reiterar claramente: o direito do povo Palestino à autodeterminação, liberdade e independência não cabe à negociação, nem será produto de negociações. Este direito inalienável é do domínio exclusivo do povo Palestino; nunca foi uma questão de negociação com Israel, nem nunca será. Negociações sobre questões centrais e expressão de autodeterminação não devem ser confundidas por Israel ou outros como uma e a mesma coisa, pois não o são. E Israel, como Potência ocupadora, não deve ser autorizada a continuar a impedir e ditar os termos do nosso exercício deste direito inalienável.

Estamos decididos a conseguir este direito e todas as aspirações nacionais legítimas do nosso povo. Estamos decididos a trazer um fim à injustiça sofrida pelo nosso povo, incluindo a grave injustiça infligida nos nossos refugiados. Estamos decididos a alcançar pacificamente a independência do Estado da

Palestina, com Jerusalém Oriental como capital, e baseado nas fronteiras pré-1967. Este alcance será o núcleo de uma solução justa e duradoura para o conflito Israelo-Palestiniano e Árabe-Israelita como um todo. Estamos gratos pelo apoio de longa data da comunidade internacional nesta jornada e urjo a que nenhum esforço seja poupado nesta encruzilhada crítica para tornar isto uma realidade.

---

*(\*) O Embaixador Mufeed Shami chefia a Missão Diplomática da Palestina em Portugal*